

LUTA DE CLASSES NO BRASIL CONTEMPORÂNEO: DESAFIOS SOCIETÁRIOS, CONCILIAÇÃO E ENFRENTAMENTOS PARA O PÓS-BOLSONARISMO PANDÊMICO

CLASS STRUGGLE IN CONTEMPORARY BRAZIL: SOCIETY CHALLENGES, CONCILIATION AND CONFRONTS FOR PADEMIC-POST-BOLSONARISM

LUCHA DE CLASSES EN EL BRASIL CONTEMPORÁNEO: DESAFIOS DE LA SOCIEDAD, CONCILIACIÓN Y ENFRENTAMIENTOS LA PANDEMIA POSTBOLSONARISMO

Diego Pessoa Irineu de França¹
diego.franca@professor.pb.gov.br

RESUMO

O capitalismo pós-pandêmico tem reconfigurado as formas de produção, de circulação e de consumo ao flexibilizar os lugares de produção e realização do *valor*. Dessa forma, surgem novos arranjos do poder político e de controle social, que perpassam desde a estrutura estatal até as práticas cotidianas mais triviais. Neste contexto, refletir sobre os desafios, possibilidades e limites para o terceiro mandato do governo Lula, após o *destrutivismo* bolsonarista, torna-se inadiável. *Pari passu* a realização de um balanço geral do trágico governo Bolsonaro, refletimos sobre a redefinição no arranjo do poder hegemônico, que saltou de uma dominação abertamente neoliberal para uma forma velada e diluída na conciliação de classes. Eis as questões centrais: por que o grande capital necessita novamente do *consenso* para a manutenção do poder, quando se sabe que para isso tem de realizar concessões à classe trabalhadora? O novo pacto conciliador seria mais do mesmo, ou poderia dar um passo além na agenda dos direitos socioambientais? Portanto, à luz de conceitos gramscianos de *Grande e Pequena política*, *hegemonia*, *consenso* etc., bem como a partir de dados conjunturais e análises dos principais acontecimentos, traçamos algumas características da nova configuração do poder de classe no Brasil, num contexto de crise estrutural e civilizatória do capital, no qual é necessário fortalecer uma agenda da classe trabalhadora e dos povos oprimidos.

Palavras-chave: Luta de classes; Hegemonia; Brasil; Crises do capital.

ABSTRACT

¹Doutor em Geografia pela FCT-Unesp-Presidente Prudente-SP. Pesquisador do Centro de Estudos em Geografia do Trabalho-CEGeT. Professor de Geografia da educação Básica na Paraíba-PB.

The post-pandemic capitalism has reconfigured the forms of production, circulation and consumption as greater flexibility the production places and realization of the *valor*. This way, new arrangements emerge from the political power and social control, which cut across since the state structure until the more common everyday practices. In this context, reflect about the challenges, possibilities and limits for Lula government third term, after Bolsonaro's *destruction*, becomes urgent. *Pari passu* the achievement of the tragic Bolsonaro's government general balance, we think about the hegemonic power arrangement redefinition, that jumped from an extensively neoliberal domination to a covert and diluted form in the class conciliation. These are the central questions: Why does the great capital need again the *consensus* for the power maintenance, when you know that for this one has to carry out concessions to the working class? The new conciliator pact would be more of the same, or might go a step further in the socio-environmental rights agenda? Therefore, in the light of Gramsci concepts of *Large and Small Policy*, *hegemony*, *consensus* etc., as well as from short term data and analysis of the main facts, we set out some characteristics of the new class power configuration in Brazil, in a context of capital structural and civilizational crisis, in which is essential to strengthen the working class and oppressed peoples agenda.

Key word: Class struggle; Hegemony; Brazil; Capital Crisis.

RESUMEN

El capitalismo pós-pandemico a cambiado las formas de producción, circulación y consumo al flexionar los lugares de producción y realización de *valor*. De esta manera, surgen nuevos arreglos de poder político y control social, que van desde la estructura estatal hasta las prácticas cotidianas más triviales. En este contexto, reflexionar sobre los desafíos, posibilidades y límites para el tercer mandato del gobierno de Lula, después del destructivismo bolsonarista, se vuelve impostergable. *Pari passu* la realización de un balance general del trágico gobierno de Bolsonaro, reflexionamos sobre la redefinición en la disposición del poder hegemónico, que saltó de una dominación abiertamente neoliberal a una forma velada y diluida en la conciliación de clases. Aquí están las preguntas centrales: ¿por qué las grandes empresas necesitan nuevamente consenso para el mantenimiento del poder, cuando se sabe que para hacerlo tienen que hacer concesiones a la clase trabajadora? ¿El nuevo pacto conciliatorio sería más de lo mismo, o podría ir un paso más allá en la agenda de derechos socioambientales? Por lo tanto, a la luz de los conceptos gramscianos de Política Grande y Pequeña, hegemonía, consenso etc., así como de datos coyunturales y análisis de los principales eventos, trazamos algunas características de la nueva configuración del poder de clase en Brasil, en un contexto de crisis estructural y civilizadora del capital, en el que es necesario fortalecer una agenda de la clase obrera y los pueblos oprimidos.

Palabras-clave: Lucha de clases; Hegemonía; Brasil; Crisis del capital.

INTRODUÇÃO

O capitalismo contemporâneo, especialmente nas duas primeiras décadas do novo milênio, reestruturou significativamente os arranjos de poder, as formas de produção e os processos de reprodução social enquanto expressão fantasmagórica da crise estrutural forjada nos idos de 1970 (MÉSZÁROS, 2021; ANTUNES, 2018, 2022; THOMAZ JÚNIOR, 2017). Se há divergências em

afirmar que a crise pandêmica é um evento decorrente dos desequilíbrios socioambientais oriundos de um *sociometabolismo destrutivista* (MÉSZÁROS, 2015), o que parece evidente com a pandemia do novo coronavírus é aprofundamento de tendências capitalistas preexistentes como a financeirização, a flexibilização social e territorial das formas de produção, a desregulamentação de estruturas institucionais protetivas ao trabalho e ao meio ambiente e a ampliação das desigualdades (ANTUNES, 2019; CHESNAIS, 2005).

Nesse contexto, torna-se evidente o processo contraditório. Por um lado, embora seletiva, torna-se inegável a “revolução tecnológica” (CASTELLS, 2005) e a instauração de um verdadeiro meio técnico-científico-informacional (SANTOS, 1994), que permitiu (entre tantas coisas) a *unicidade técnica*, a convergência dos momentos, a dinamização dos mercados, a consolidação da conectividade entre pessoas, a reconfiguração da divisão internacional do trabalho e, conseqüentemente, a interdependência entre as dinâmicas da globalização e dos territórios nas suas diferentes escalas (SANTOS, 2019). Por outro, o poder das chamadas *Big Techs* que se consolidaram na era pandêmica, por meio de altíssimas taxas de lucros e de sofisticados mecanismos de controle do trabalho, revela a descartabilidade gradativa da classe trabalhadora – via inteligência artificial (IA) – como tendência histórica da substituição de *trabalho vivo* por *trabalho morto* (HARVEY, 2020). Ademais, é notório, a partir delas, a característica de uma forma de capitalismo neoliberal que não atende a qualquer tipo de regulamentação, permitindo, em grande medida, fortalecer o paradigma da pós-verdade² e do negacionismo que lastrearam a ascensão de governos de extrema-direita e neofascistas pelo mundo.

No Brasil atual, o recrudescimento da agenda neoliberal, vista num sistemático programa de privatizações e perdas de direitos, convergiu aos ofuscamentos produzidos pelos moralismos religiosos e familiar *pari passu* a um culto ao empreendedorismo, que reproduz para os indivíduos a falsa ideia de empresário de si mesmo (funcional apenas para legitimar o crescente desemprego).

Vinte anos separam a primeira e triunfal vitória lulista do seu atual ressurgimento das ruínas que ultimamente temos denominado como “bolsonarismo pandêmico”, o qual representa o corolário degradante da ideologia neoliberal implementada no Brasil contemporâneo (FRANCA, 2016). A ideia de “bolsonarismo pandêmico” está sendo utilizada para denominar uma

²Esse recente neologismo tem sido utilizado para designar processos contraditórios que são complexos por não se restringirem a uma substituição da verdade factual por mentiras deliberadas. Mas como explica Eliane Brum, na Pós-verdade, “as mentiras que falsificam a realidade passam elas mesmas a produzir realidades”. Ver Eliane Brum (2018) [Bolsonaro e a autoverdade - Jubileu Sul](#).

particularidade espaço-temporal do processo destrutivo do capitalismo, que no Brasil está lastreado por um complexo combinado entre um ultraliberalismo incidente sobre as políticas sociais, sobre o trabalho e sobre a natureza (FRANÇA, 2020). Assim, torna-se impensável a viabilidade do novo governo, que tem como âncoras principais: a redução das desigualdades internas e os desafios globais das mudanças climáticas, desconsiderando o fosso herdado pelo desmantelamento do Estado nos vários setores pelo governo Bolsonaro (educação, saúde, meio ambiente, Ciência e Tecnologia etc.).

A era bolsonarista deixa-nos legados muito preocupantes no que tange tanto à condição interna quanto à política exterior. Esta, foi praticamente esvaziada pela perspectiva ideologizada e caricata produzida por um *bolsonarismo* alinhado imediatamente ao *trumpismo*³, bem como pelos atritos gerados por ofensas contra grandes parceiros estratégicos como a China e a países da União Europeia (UE), num cenário de enfraquecimento das relações com os países latino-americanos. No Brasil da era Bolsonaro, mudanças drásticas em seu quadro redefiniram sua posição no sistema-mundo. De porta voz diplomático, nas relações internacionais e geopolíticas, desponta como pária dos interesses norte-americanos. De país exemplar em fontes de energia renováveis e de potencial para o desenvolvimento sustentável, para país responsável por mais 40% do desmatamento mundial de florestas nativas⁴. De país exemplo para as Nações Unidas (ONU): na erradicação da fome, na ascensão dos mercados, na redução do desemprego e da pobreza via políticas sociais, passa a reviver o drama de populações vulneráveis⁵ que vivenciam a insegurança alimentar⁶, o desemprego e a precariedade de toda ordem⁷. Contudo, os adversários (geo)políticos e o contexto

³ Termo que se refere a eleição de Donald Trump nos EUA e ajuda explicar o fortalecimento da extrema-direita mundial, não apenas pelo uso estratégico de falsas notícias via redes sociais para se chegar ao poder, mas também pelas semelhanças em termos política ostensiva desenvolvida pelo Império norte-americano contra imigrantes, minorias e os direitos sociais em geral, bem como o negacionismo que vitimou milhares de pessoas pela desinformação. No Brasil, este paralelo se estabelece quando o governo protofascista de Bolsonaro atenta contra os Yanomami, Venezuelanos, mulheres e a classe trabalhadora, restringindo direitos quando eram tão indispensáveis.

⁴ Ver: [Brasil foi responsável por 40% de perda de florestas nativas no mundo em 2021, diz relatório | Meio Ambiente | G1 \(globo.com\)](#).

⁵ O número de crianças abaixo da linha da pobreza saltou de 39%, 2020, para 46%, em 2021, totalizando cerca de 20,3 milhões de crianças. Para mais detalhes ver: [O Brasil que Lula herdou \(uol.com.br\)](#). Soma-se a este quadro a ampliação dos chamados Jovens conhecidos “Nem-Nem”, que não estão nem no trabalho nem na escola, para 12,7 milhões de jovens; o que equivale a uma São Paulo inteira.

⁶ Estudos recentes observaram que a cada 10 brasileiros(as), seis possuem alguma insegurança alimentar. Isso equivale a cerca de 156 milhões de pessoas ou quase 60% da população do Brasil. [UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais - Brasil: Fome atinge 33 milhões e quase 60% da população têm algum nível de insegurança alimentar](#).

⁷ Ver: [Endividamento atinge 77,9% das famílias brasileiras e bate recorde em 2022 - CUT - Central Única dos Trabalhadores](#)

histórico, nacional e global, são diferentes devido ao recrudescimento de um capitalismo financeirizado, flexível e virulento que adentrou e corroeu as diversas esferas da vida social, tornando o frenesi da lógica concorrencial o *ethos* da loucura da razão econômica na sociedade (HARVEY, 2018).

Entretanto, investigar o que de fato se transformou nas dinâmicas das macroestruturas que, por sua vez, pode favorecer uma vez mais a um governo de conciliação, mesmo com a permanência da extrema direita, enrustada na “nova” institucionalidade neoliberal e enraizada no cotidiano das relações sociais, que compõem o amálgama social, torna-se algo indispensável e inadiável. Obviamente que ao presente artigo cabe o papel de suscitar reflexões gerais e debates iniciais, o que nos limita de realizar alguns aprofundamentos tanto em razão do complexo de processos quanto decorrente das limitações formais de um artigo. Mesmo assim, é desafiador pensar, a partir de elementos teórico-metodológicos advindos da Economia Política marxista e de sua perspectiva da totalidade dialética (LOWY, 2013), processos e tendências forjadas no calor dos acontecimentos.

Em outras palavras: como será possível manter a governabilidade diante dos conflitos de interesses de setores como do agronegócio (sob forte representatividade da bancada ruralista)⁸ e de camponeses(as), indígenas e povos tradicionais que clamam pelo respeito aos seus territórios e pela retomada de políticas públicas pelo Estado? Como conciliar os draconianos interesses do capital financeiro sem desconsiderar a urgente atenção aos programas sociais, muitos dos quais sucateados na era bolsonarista, na qual aprofundou-se não apenas o desemprego, a inflação, mas também o desalento e a carestia do custo de vida, agravando o problema da fome e do endividamento⁹ que atingiu grande parte da população brasileira?

Dessa maneira, os ajustes estruturais promovidos pelas contrarreformas constitucionais¹⁰ cuja expressão máxima consiste na Emenda Constitucional-EC/95 (teto de gastos) – que agora passa por uma reformulação a partir do novo arcabouço fiscal –, bem como pela guinada à direita do Congresso Nacional, a Reforma Trabalhista (Lei 13.467/17) e da Previdência (EC 103/2019) colocam um desafio hercúleo ao novo governo petista, iniciado em primeiro de janeiro de 2023.

⁸ No momento que escrevemos, percebe-se uma tentativa flagrante de criminalização dos movimentos sociais, como a exemplo da CPI do MST voltada a estigmatizar movimentos sociais fundamentais à construção de direitos e transformações nacionais por meio da Reforma Agrária, da Agroecologia e da educação emancipatória.

⁹Ver: [Percentual de famílias endividadas é o maior em 10 anos | Jornal Nacional | G1 \(globo.com\)](#)

¹⁰ Nos referimos aqui, sobretudo, às reformas trabalhista (2016) e previdenciária (2019).

Vale ressaltar, contudo, o vigoroso início do novo governo petista, que em pouco tempo vislumbra mais ações e prioridades que todo governo antecessor. Além, de uma posse inédita e bastante representativa tanto da esfera internacional (comparecimento de mais de 20 chefes de Estado) quanto das diferentes demandas da sociedade brasileira. É digno de nota o caráter humanista da criação de um inédito ministério dos Povos Indígenas – assumido Sônia Guajajara¹¹ –, bem como o socorro imediato aos povos Yanomami, entregues à própria sorte diante do garimpo, de madeiras e de grileiros. Aliás, poderíamos acrescentar acerca do arranjo ministerial: a reconciliação com Marina Silva, no Meio Ambiente, colocando na ordem dia a questão socioambiental; a indicação de Nísia Trindade, que demarca a retomada de uma política do Ministério da Saúde (MS) baseada na ciência e no fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS); a representatividade do professor e filósofo Sílvio de Almeida, para o Ministério dos Direitos Humanos; e, por fim, a indicação de Anielle Franco para o Ministério da Igualdade Racial, que por sinal, torna-se bastante simbólica em razão de anos de impunidade diante do assassinato de sua irmã, a vereadora carioca Marielle Franco¹².

Ademais, sinalizações como o novo arcabouço fiscal (apesar das limitações), a reforma tributária¹³, ampliação do bolsa família, reajuste real do salário-mínimo, retomada dos investimentos públicos e programas sociais (Minha Casa, Minha vida, Mais Médicos etc.), fiscalização e redução do desmatamento, ampliação dos investimentos em ciência e tecnologia (ampliação dos valores das bolsas de pesquisa científica), entre outras, dão sinais do potencial do novo governo e dos enfrentamentos necessários a concretização e ampliação destas políticas, sem sombra de dúvida, progressistas.

No plano internacional, ao que tudo indica, a primeira viagem diplomática à vizinha Argentina – para tratar de questões de integração, financeiras, comerciais, científicas e energéticas (a exemplo do gasoduto e das transações paralelas ao dólar) –, país que então sediava o evento da 7º Cúpula da Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC), representa

¹¹ Este processo é semelhante ao que vem ocorrendo na América-latina, a exemplo da representatividade da vice-presidenta, ativista ambiental e feminista Francia Márquez, na Colômbia; a indígena Mapuche Elisa Loncón, que liderou a assembleia constituinte nacional chilena; e, não menos importante, a belíssima campanha para que a indígena Zapatista Maria de Jesus Patrício (Marichuy) concorresse à presidência no México, apesar da discriminação sofrida no processo em 2018.

¹² Este caso teve desdobramentos recentes. Para detalhes ver matéria: [Quem mandou matar Marielle, e por quê? Veja os novos detalhes revelados pela investigação da PF | Rio de Janeiro | G1 \(globo.com\)](#).

¹³ Tal reforma, apesar de não tocar em questões elementares do sistema rentista e patrimonial brasileiro, como taxa de dividendos e heranças, apresenta alguns avanços como a unificação tributária, a cobrança de impostos sobre transportes de luxo (iates, helicópteros etc.) e a isenção total sobre os produtos da cesta básica.

uma reaproximação estratégica com países latino-americanos, bem como um sinalizador de fortalecimento do Cone Sul tanto a partir do Mercosul quanto da União de Nações Sul-Americanas (Unasul)¹⁴. Alguns analistas observam que o fortalecimento progressista do Mercosul – ao prever um passo além das meras relações comerciais ancoradas em *commodities* e uma ação política coordenada e integrada –, ampliará o poder de barganha dos países periféricos ao conferir capital político frente a acordos estratégicos como está prestes a ocorrer entre o bloco e a União Europeia¹⁵.

Neste contexto, este artigo busca compreender, ainda que de maneira insuficiente e provisória, como uma conjuntura em escala mundial, de um capitalismo em crise socioambiental e civilizatória, pode favorecer a um governo de conciliação, sobretudo pela iminência da crise social e climática que se situa no centro das negociações geopolíticas. Mesmo consciente do significado da catástrofe representada pelo neoliberalismo e pelo neofascismo que se agudizaram no governo precedente ao novo governo Lula e, portanto, reconhecendo o ganho político representado por mais um governo progressista para frear a extrema direita na América Latina¹⁶, não abrimos mão da arma da *crítica* – em sentido positivo – para que possamos avançar na efetivação de políticas públicas voltadas à classe trabalhadora, bem como compreendermos o campo minado que constitui a estrutura estatal e a esfera institucional sob a ordem do capital (MÉSZÁROS, 2021).

Contudo, reconhecer a vitória política nas urnas (eleições de 2022) contra as forças profacistas e conservadoras da extrema-direita, não nos autoriza a decretar o fim dos enfrentamentos de classe que se redefinem a partir do novo arranjo estatal. Como nunca é demasiado lembrar, a partir dos ensinamentos de Gramsci (2016), a própria natureza do Estado pressupõe o consenso como outra face da dominação, de modo que urge as forças políticas de esquerda uma tarefa que ultrapasse o ato de acomodação institucional, em nome da governabilidade: a elevação da consciência de classe em vista de transformações radicais (pela raiz) da estrutura desigual perpetuada (GRAMSCI, 2021).

Longe de adentrar em questões óbvias que versam sobre os efeitos sociais advindos de políticas compensatórias que, indiscutivelmente, provocam melhorias na qualidade de vida das pessoas mais vulneráveis, como bem demonstra a história recente dos chamados governos progressistas na América Latina, o presente texto enfatiza as esferas da *Grande e Pequena Política* e

¹⁴ Ver reportagem: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2023/01/23/o-que-e-a-celac-grupo-que-reune-america-latina-e-caribe.ghtml>.

¹⁵ [Mercosul, o sonho de livre comércio da esquerda latina - Le Monde Diplomatique.](#)

¹⁶ Ver. BELLOSO, R. L. [Lula \(com Petro\) e o sentido - Le Monde Diplomatique.](#)

do *Estado Ampliado* (em termos gramscianos), que permitem perceber rearranjos de poder, tanto na configuração interna quanto nas conturbadas relações internacionais para as quais o Brasil parecia sepultado.

A conjuntura geopolítica e socioambiental internacional e o papel do Brasil

A iminência de conflitos bélicos como os que estamos presenciando entre Ucrânia e Rússia, desde fevereiro de 2022, têm colocado na ordem do dia questões vitais aos processos civilizatórios sob o capitalismo global. Longe de se restringir a uma disputa local de fronteiras, tal conflito expressa o acirramento das tensões entre Ocidente e uma Eurásia (sobretudo China e Rússia) que se recusa a aceitar passivamente às imposições unilaterais norte-americanas por meio das tiranias das sanções¹⁷, das imposições financeiras (via Society for Worldwide Interbank Financial Telecommunication - SWIFT) e/ou do poder bélico autoexpansivo da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN).

A tragédia da guerra escancara as mazelas humanas da (auto)destruição provocada pela economia bélica, desencadeando uma explosão de refugiados. Logo, os holofotes midiáticos hegemônicos se voltaram à Europa numa cobertura panfletária de demonização da Rússia que, de certa maneira, paradoxalmente, desnudou o descaso a conflitos e situações humanitárias tão urgentes e importantes, como revelaram as imagens de civis afegãos caindo das aeronaves sendo abandonados à própria sorte, após a trágica retirada dos EUA e a ascensão dos radicais Talibãs, ou até mesmo da perseguição a chicotadas dos imigrantes haitianos nas fronteiras americanas.

Os exemplos são muitos e impossíveis de serem aprofundados aqui. Entretanto, um deles deve ser pontuado como explicitação tanto da crise civilizatória em curso quanto da inoperância das potências ocidentais em conter as barbáries que se amontoam. Tal fato consiste na acentuação do massacre do povo Palestino pela extrema-direita israelense que conta, além do apoio incondicional das potências ocidentais – pelo menos até que a questão de um apoio bizarro deste tipo não saia do controle, significando protestos em massa por todo o mundo ou o comprometimento de eleições como a reeleição de Joe Biden, nos EUA –, com o silêncio ensurdecido daqueles que poderiam impor um cessar-fogo imediato.

¹⁷ Para mais detalhes ver: [Sanções e guerra no conflito ucraniano - Le Monde Diplomatique](#).

Enquanto isso, o mundo continua assistindo de forma estupefaciente e em tempo real a punição coletiva do povo Palestino, numa espécie de Nakba/Catástrofe¹⁸, que revela que para a geopolítica e para o capitalismo global, algumas vidas não apenas valem menos que outras, como também podem ser desprezíveis e, portanto, facilmente eliminadas. Basta uma simples comparação na cobertura das Guerras da Ucrânia e da Palestina para ver como os eufemismos ocidentais encobrem, sob o manto do “direito à defesa”, o massacre propagado pelo projeto colonial sionista, que tem significado, entre tantas coisas: bombardeios a hospitais, prédios civis e locais religiosos; matança em massa de crianças (em Gaza, 1 criança morre a cada 10 minutos)¹⁹; desfiguração da honra de mulheres e homens palestinos pelo exército israelense; bloqueio de ajuda humanitária, entre outras violações que podem configurar crimes de guerra. Em contraposição a tal decadência civilizatória, vale destacar, contudo, as posições contrárias ao genocídio assumidas pelos países latino-americanos como Colômbia e Brasil, bem como pela África do Sul, que corajosamente impetrou uma ação no Tribunal Internacional de Haia (Holanda) contra Israel.

Além disso, um cenário mundial de altíssima concorrência faz renascer o risco iminente do uso dos arsenais nucleares que parecia relegado aos escombros do século XX. As crises de abastecimento e aumento no custo de vida europeu, sobretudo devido à forte dependência das energéticas não renováveis russas, por um lado, corroboram com a acentuação da crise climática que, por outro, demandam ações cada vez mais ousadas para atingir as metas fixadas no Acordo de Paris, atenuando, assim, eventos extremos verificados recentemente, como: as altas temperaturas na Inglaterra; as secas em Portugal; chuvas e enchentes no Brasil; perda de 58 bilhões (a cada ano) de toneladas de gelo derretimento de geleiras, que são patrimônio mundial da Unesco na região italiana das Dolomitas, nos parques Yellowstone e de Yosemite, nos EUA; e no monte Kilimanjaro, na Tanzânia²⁰.

Tal como mencionou Chesnais (2005), existe uma interdependência entre mundialização do capital e o agravamento da crise ecológica que, por sua vez, deprecia as condições de vida dos mais vulneráveis:

¹⁸Ver matéria da edição impressa, número 197, do *Le monde Diplomatique*, especialmente o artigo da página 20: “E por que não um Estado binacional?”, que consiste em trechos do livro do historiador Shlomo Sand, publicado em janeiro de 2024.

¹⁹ Ver reportagem da Agência Pública: “mais crianças morreram em Gaza do que em 4 anos de guerras no mundo”. [Mais crianças morreram em Gaza do que em 4 anos de guerras no mundo | Agência Brasil \(ebc.com.br\)](https://www.agenciapublica.org/pt-br/noticia/mais-criancas-morreram-em-gaza-do-que-em-4-anos-de-guerras-no-mundo)

²⁰Ver: <https://www.google.com/amp/s/g1.globo.com/google/amp/jornal-nacional/noticia/2022/11/03/unesco-alerta-que-um-terco-das-geleiras-que-sao-patrimonio-mundial-deve-desaparecer.ghtml>

A consolidação da mundialização como um regime institucional internacional do capital concentrado conduziu a um novo salto na polarização da riqueza. Ela acentuou a evolução dos sistemas políticos rumo à dominação das oligarquias obcecadas pelo enriquecimento e voltadas completamente para a reprodução da sua dominação. São seus interesses que ditam as decisões que aceleram a crise ecológica planetária. Estas ameaçam diretamente a reprodução da vida das populações e das camadas sociais desprovidas e vulneráveis (CHESNAIS, 2005, p.21).

Num cenário destes, para o qual o capitalismo empurra a sociedade planetária, amplia-se potencialmente os riscos de crises humanitárias, visto que os mais pobres são os maiores vitimados pelas tragédias climáticas e sociais, as questões socioambientais entram na ordem do dia (DAVIS *et al*, 2020). Basta perceber, como revelaram os últimos dados da Oxfam (2023) sobre a tendência a concentração e centralização da renda — 1% dos mais ricos concentraram, de 2020 até o momento, seis vezes mais dinheiro (US\$ 42 trilhões) que 90% da população global (7 bilhões de pessoas); esse mesmo grupo abocanhou metade da riqueza produzida nos últimos 10 anos²¹ — para percebermos que os mais pobres serão os maiores atingidos por eventuais catástrofes. Mesmo países intransigentes, indiferentes e céticos como os EUA começam a aderir ao capitalismo climático do século XXI (sob uma roupagem de preocupação socioambiental), na tentativa de fazer *jus* a agenda dos ODS-2030, bem como manter de pé sua reputação — bastante desacreditada — de nação responsável pela promoção mundial das liberdades tal como previsto nas atualizações do *Destino Manifesto* (ANDERSON, 2015).

No entanto, chega a ser vexatório induzir a responsabilidade aos mais pobres, com discursos minimalistas quando o modelo de produção e reprodução global, sobretudo os mais ricos, continua criando situações catastróficas em escala ampliada. Basta ver o dado do relatório de Igualdade Climática da OXFAM (para o ano de 2019), no qual mostra que 1% dos mais ricos do mundo emitiram CO2 equivalente ao emitido por 5 bilhões de pessoas, para se constatar tal gravidade²².

Estariamos adentrando numa era em que as lutas de classe se consubstanciam em conflitos geossociais tal como provocou o crítico da modernidade, Bruno Latour (2022)? Em suas palavras

²¹ [A “sobrevivência” do mais rico | Oxfam Brasil](#). O relatório afirma ainda um dado preocupante e inédito referente ao crescimento simultâneo entre a extrema riqueza e a extrema pobreza, que não ocorria há trinta anos, o que revela a capacidade de produção autodestrutiva inerente à lógica concentracionista do capital financeirizado, capaz de destruir sociabilidades, territórios e formas de organização político-econômicas em sua marcha expansionista.

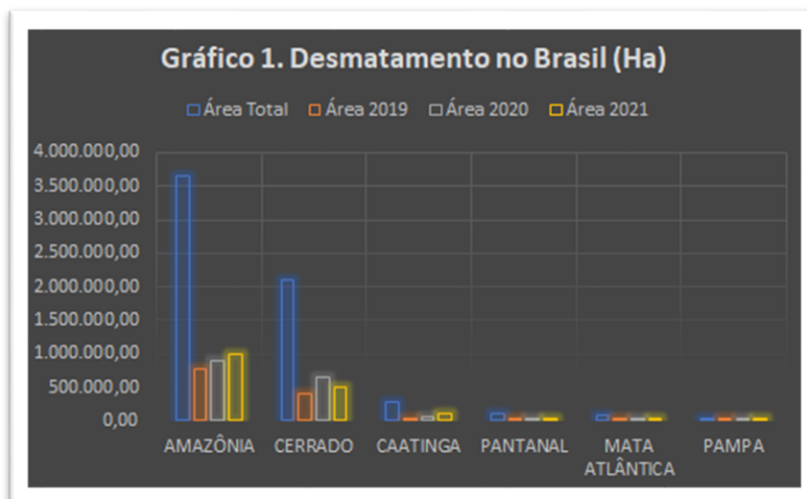
²² Para mais detalhes ver site da OXFAM: [Igualdade Climática: um Planeta para os 99% | Oxfam Brasil](#) .

percebemos a necessidade de retomada de um sentido da história perdido pelos assim chamados *Modernos*; e sobretudo a burguesia teria traído não apenas a si mesma, mas também “aqueles que pretendia conduzir em seu rastro no processo civilizador”:

Voltar a colocar a questão da busca da autonomia é, curiosamente, restaurar imediatamente algo como um sentido da história, em todo caso, um projeto político claramente orientado. Só que essa orientação, se me perdoem esse jogo de palavras, não tem mais nada a ver com uma ocidentalização. Orientar-se pela autonomia é dar-se a imensa tarefa de acabar com o suporte em falso. Faça-se por um segundo a pergunta do que você depende para sobreviver, tente na sua imaginação sobrepor o mundo *do qual vivemos* e o mundo *em que vivemos*, e perceberá que é preciso agir em todos os lugares e em todas as escalas para reduzir um pouco o abismo do suporte em falso. Imediatamente mil questões espinhosas se apresentam: a da escravidão passada, mas também as da colonização atual, a enorme desigualdade do comércio internacional, a ocupação do espaço, os hectares fantasmas que os Estados desenvolvidos estão adquirindo constantemente para “se libertar” dentro de suas fronteiras, das migrações, do direito internacional, até das questões de aparência local, como a fabricação do pão, o destino das sementes camponesas ou a permacultura (LATOURET, 2022, s/p.).

Nesse contexto desafiador, o Brasil poderá assumir um papel imprescindível para frear a catástrofe. Contudo, não se trata de qualquer Brasil; mas aquele que não seja conivente com “passar a boiada” como vimos à época Bolsonaro, apoiando/omitindo-se sobre as queimadas; pernicioso com a ofensiva de garimpeiros sobre terras indígenas (MOLINA; WANDERLEY, 2021); que desconsidera fundos bilionários de cooperação para preservação da Amazônia, que acarretou no bloqueio dos recursos vindos (cerca de R\$ 3,2 bilhões bloqueados) principalmente da Alemanha e da Noruega²³, seguido de recordes de desmatamentos na maioria dos Biomas brasileiros. (Gráfico 1).

²³<https://www.google.com/amp/s/g1.globo.com/google/amp/politica/noticia/2022/11/03/stf-determina-que-governo-reactive-fundo-amazonia-em-60-dias.ghtml>



Fonte: Elaboração do autor a partir dos dados do MapBiomas (2023).

A partir dos dados do Observatório do Clima, constata-se que o Brasil possui grande potencial de inserção no “capitalismo verde” global, no qual a natureza constitui um ativo financeiro voltado a compensar os grandes poluidores, podendo reduzir as emissões de metano acima dos 30%, até 2030, firmados por 120 países no Global Metano, em Glasgow (2021). Ademais, esse potencial é ainda maior e pode chegar até 75%, no longo prazo, se o Brasil (5º poluidor mundial de CH⁴) reduzir suas emissões, as quais 72% delas advêm da agropecuária²⁴. Contudo, nos últimos anos, o quadro não tem sido muito animador sob o (des)governo Bolsonaro, sobretudo quando se percebe a ampliação do desmatamento incidente nas diversas porções do território nacional, bem como o desrespeito aos territórios de comunidades originárias e tradicionais por todo o país.

Como vimos, apesar de apresentar um promissor quadro de inserção num capitalismo global de governança pactuada a partir dos acordos em torno de uma economia de baixo carbono, o Brasil, permeado por suas estruturas de classe retrógradas, se mantém num atraso sintomático de oligarquias anacrônicas que aglutinam seus interesses econômicos e políticos em torno da continuidade da superexploração do trabalho, do território, da natureza e da desterritorialização dos povos, línguas e culturas (OLIVEIRA; SANTOS, 2023). Nesse sentido, quando se fala em crimes socioambientais no Brasil, temos que atentar para o projeto de uma classe dominante que predomina encrustada nas bancadas ruralista e conservadora do Congresso Nacional, bem como

²⁴ <https://www.oc.eco.br/brasil-pode-reduzir-emissao-de-metano-em-36-ate-2030/>

hegemoniza o debate público via meios de comunicação de massa, de modo que processos gritantes e escandalosos não vem ao debate público a não ser através de meios de comunicações alternativos.

É o que revelou o relatório do “De olho nos ruralistas” (Dossiê “Os Invasores II”), a partir do cruzamento de dados territoriais do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), no qual constatou-se que a relação entre invasão de terras indígenas e à fisiologia político partidária não está restrita à bancada ruralista ou à Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), mas compõe outras candidaturas estratégicas, inclusive, a reeleição de Bolsonaro, a qual obteve mais de R\$ 1,16 milhão doados por fazendeiros cujas áreas estão sobrepostas às terras indígenas. Em suma, isso significa que o dinheiro para o financiamento da campanha bolsonarista advém de proprietários responsáveis pela invasão de mais 60 mil hectares de terras indígenas (CASTILHO, *et al*, 2023).

O referido relatório destaca, ainda, que das 1.692 sobreposições de fazendas em terras indígenas (TIs), 42 delas pertencem às oligarquias nacionais e regionais (sobretudo nos estados de MS e MT), abrangendo uma área de cerca de 96 mil hectares. Ademais, a complexidade desta questão territorial toma proporções gigantescas, na medida que envolve desde membros da Agropecuária Calupa (MT), Cirineu Aguiar (maior doador de Bolsonaro nesta situação), até multinacionais como a Syngenta²⁵ (CASTILHO, *et al*, 2023)²⁶.

A despeito de passar despercebida diante do nevoeiro propagandístico do “*Agro é pop*”, existe uma relação direta entre as grandes cadeias produtivas do agronegócio mundializado e os processos de destruição da natureza, que se associa, por sua vez, a violentos mecanismos de desterritorialização dos povos originários, camponeses e aprofundamento da precariedade da vida entre trabalhadores (THOMAZ JUNIOR, 2017). É o que se dá, tal como frisou Fernandes e Silva (2023), quando empresas como a Cargil a JBS, respectivamente, adquire soja decorrente de desmatamentos de uma área 66 mil hectares e provoca desmatamentos da ordem 75 mil hectares (FERNANDES E SILVA, 2023).

Neste ínterim, o manto de sustentabilidade socioambiental e econômica, sobre o qual o agronegócio tem se revestido nos últimos anos – obviamente que para aproveitar o *boom* global do capitalismo verde – só se sustenta no imaginário construído pelo menos por duas razões: a ação de

²⁵ Ver matéria Bruno Stankevicius Bassi sobre o primeiro Dossiê: [Syngenta foi dona de fazenda sobreposta à TI Porquinhos, no Maranhão - De Olho nos Ruralistas](#).

²⁶ Ver: [Fazendeiros com sobreposições em terras indígenas doaram R\\$ 1,2 milhão para Bolsonaro - De Olho nos Ruralistas](#).

think tanks predestinadas a tornar o agronegócio uma espécie e herói nacional, escamoteando questões vitais, que não entram nos custos da produção, como a grilagem de terras, a contaminação socioambiental por agrotóxicos, o uso excessivo de água, os desmatamentos etc.; e dos vultosos recursos estatais, concedidos generosamente seja pelos planos-safra anuais, seja pelas desonerações fiscais e territoriais (DELGADO, 2012; CARNEIRO *et al*, 2015; BOMBARDI, 2018).

Num momento em que temas importantes são apreciados pelo Congresso e pelo Supremo Tribunal Federal (STF), a exemplo do PL 490/2007 que estabelece o chamado marco temporal – restringindo o reconhecimento de terras indígenas à ocupação tradicional até outubro de 1988 e flexibilizando a exploração minerária nas (Tis) –, tal constatação flagrante entre os interesses parlamentares e os interesses dos *lobbies* econômicos (MITIDIERO JUNIOR; MOIZÉS; MARTINS, 2020) tende a secundarizar os interesses dos povos originários, que cada vez mais desponta, no cenário global, como universais planetários diante da catástrofe climática global, pois são os principais agentes de preservação da biodiversidade e dos modos de vida dos nativos.

Esta é, talvez, uma questão fundamental para os enfrentamentos que o novo governo terá que travar, caso deseje construir uma política socioambiental responsável para com os povos originários *pari passu* ao fortalecimento das relações estratégicas vinculadas a questão ambiental, a qual desponta com bastante força no século XXI, após o capitalismo converter o crédito de carbono numa cobiçada *commodities* entre as empresas e países mais poluidores. Ao que tudo indica, esta questão está posta e dela depende o sucesso dos acordos comerciais entre União Europeia e Mercosul sob a liderança brasileira, conquanto exista o agronegócio como uma pedra no sapato responsável por grandes distúrbios socioambientais e conflitos territoriais.

Logo após ser aclamado em Paris, sobretudo por uma juventude ao estilo de Greta Thunberg e da indígena brasileira Txai Suruí, insatisfeita pela morosidade dos governos com a questão climática, o governo Lula II recoloca Brasil numa rota de desenvolvimento e de liderança – embora não revolucionária – bastante promissora e autônoma pelos ganhos socioambientais potenciais (FIORI, 2014), como sugere o trecho de seu discurso durante o *Power Our Planet*, criticando tanto o agronegócio pela devastação da Amazônia quanto atribuindo a responsabilidade aos países ricos diante da necessidade de investimentos voltados à sustentabilidade:

“assumi a responsabilidade que até 2030 teremos desmatamento zero na Amazônia. Vamos ser muito duros contra toda e qualquer pessoa que quiser derrubar uma árvore para plantar soja, milho ou criar gado”. E responsabilizar os países ricos para financiar os países em

desenvolvimento que tem reservas florestais, porque não foi o povo africano que poluiu o mundo, não é o povo latino-americano que polui o mundo, quem poluiu o planeta nestes últimos 200 anos foram aqueles que fizeram a revolução industrial e, por isso, têm quem pagar a dívida histórica que têm com o planeta terra” (Transcrição de trecho do discurso de Lula no evento Power Our Planet 23 de junho 2023).

A partir das restrições de um ambiente mais formal, conjuntamente a líderes de outros países, para discussão de um pacto financeiro global, que coloque o meio ambiente o combate às desigualdades no centro dos acordos, o discurso de Lula se distancia daquele contexto em que seus primeiros governos (incluindo o primeiro Dilma) surfaram nos superávits do *boom* das commodities no mercado internacional, que apesar de garantir reservas cambiais importantes para o Brasil, em grande medida, foi responsável pela devastação ambiental, expropriação dos povos (via complexos hidroenergéticos – Belo Monte). Agora, o cenário parece ser outro: reitera o apoio ao agronegócio, contudo, pressionando o agronegócio a se redimir de seus crimes socioambientais em função das oportunidades geradas pela economia de baixo carbono no mercado internacional. Até onde o governo irá conseguir isso, não se sabe, diante das contradições do atraso latifundista, monocultor e de superexploração que permanecem inerentes ao *agro* e a estrutura oligárquica brasileira (MARINI, 2019)²⁷. O primeiro sinal já foi dado no discurso juntos aos líderes de Estado, sobretudo ao frisar a necessidade de vínculo entre as questões climáticas ao processo de redução das desigualdades tanto internas quanto entre os países, diante da inoperância dos organismos supranacionais (FMI, Bird, OMC etc.)²⁸. Este, se alinha precisamente com o que afirmou Fiori (2014, p.239) acerca dos prerequisites do Brasil para ascender a uma posição de liderança regional ou global: “em algum momento terá que questionar consensos éticos e arranjos geopolíticos que foram definidos e impostos previamente”, contudo, sem seguir o figurino imperialista e violento das grandes potências.

Como tinha de ser, sob ordem do capital, a possibilidade de manutenção dos territórios e da natureza só poderia ocorrer devido a *contradições perigosas* (HARVEY, 2016) que o próprio sistema encurrala a si, a natureza e a humanidade, como sugere o momento de catástrofe anunciado. Sob a ótica da Economia Política, não é possível esperar que está “preocupação estatal” – evidenciada

²⁷ Numa análise bastante atual, Marini (2019, p. 289) chega a uma conclusão que parece bastante atual: “O capitalismo brasileiro se orientou, assim, rumo a um desenvolvimento monstruoso, posto que chega à etapa imperialista antes de ter conquistado a transformação global da economia nacional e em uma situação de dependência crescente frente ao imperialismo... devido a sua necessidade de proporcionar um sobrelucro a seu sócio maior estadunidense, tem que agravar violentamente a exploração do trabalho nos marcos da economia nacional, no esforço para reduzir seus custos de produção”.

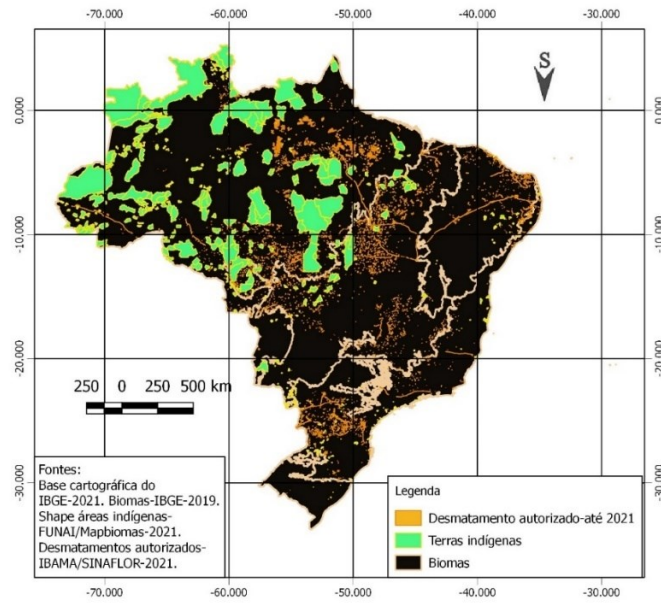
²⁸ Discurso no evento sobre o novo pacto global financeiro em Paris.

internacionalmente e que deverá provocar mudanças internas sérias²⁹ – ocorresse do nada, mas que a preservação de seus territórios passasse de acessório dispensável à economia a *condition sine qua non* do próprio capitalismo mundial, historicamente responsável pela “pilhagem imperialista dos povos indígenas, de suas culturas e de sua terra; e, agora, ao direcionar sua acumulação à reconstrução dos destroços o capital cria as condições para uma convergência entre sujeitos e lutas que perpassam do marxismo à ecologia política, numa espécie de “ecodesenvolvimento” (LEPIETZ, 2003, p. 11). Eis o porquê de a defesa dos povos originários assumirem um caráter estratégico para o Brasil na economia mundo.

Contudo, mesmo que tenhamos evidências suficientes para proteger os territórios dos povos originários, tanto pela importância étnico-cultural para a diversidade do histórica do *povo brasileiro* (RIBEIRO, 2015) quanto por representarem os principais agentes de preservação da natureza, a geografia dos desmatamentos é taxativa ao desvelar a coincidência entre terras indígenas e a preservação ambiental. Ao passo que também explicita os riscos enfrentados por tais sujeitos diante da ofensiva de garimpeiros, madeireiras, agropecuaristas-grileiros de terras e megaempresas capitalistas mundializadas que subordinam e monopolizam o território (OLIVEIRA, 2012). Tal fato se agrava quando se percebe que, em sua maioria, a devastação evidencia completa ilegalidade ao se dá à revelia estatal, especialmente na era do apagão. (MAPA 1 e MAPA 2).

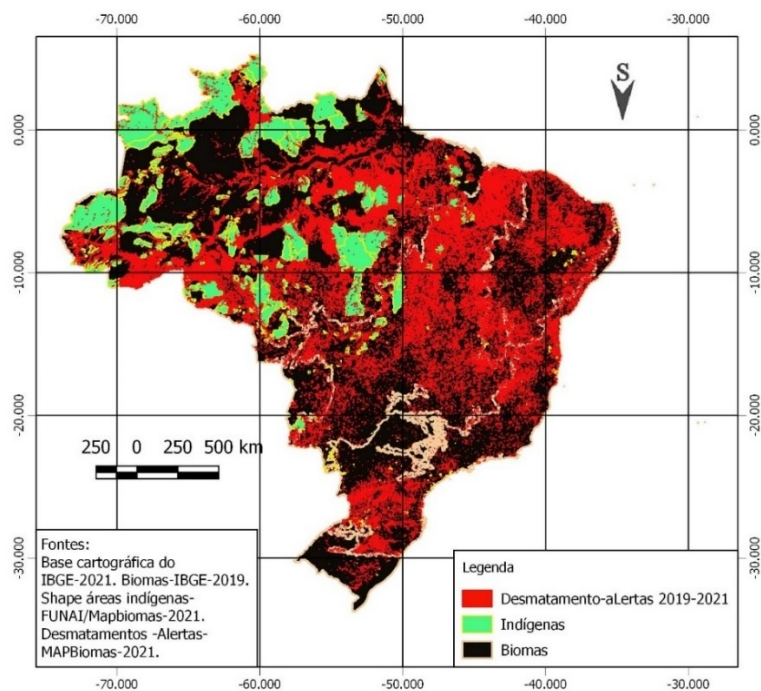
MAPA 1. Desmatamento autorizado no Brasil- 2019-2021

²⁹ Um exemplo, ainda incipiente, mas significativo, foi o confisco de recursos federais para desmatadores. Ver: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/playlist/jornal-nacional-ultimos-videos.ghtml#video-11455816-id>



Fonte: Elaboração do autor (2023).

MAPA 2. Alertas de Desmatamento no Brasil-2019-2021



Fonte: Elaboração do autor (2023).

Seguindo as contribuições da crítica marxiana para desvelar os processos de acumulação capitalista, que, por sua condição *autoexpansiva*, produz uma “fenda metabólica” na relação sociedade-natureza, Foster (2012) lembra a necessidade de uma concepção radical e totalizante de sustentabilidade, já presente em Marx, a qual se distinguiria das supostas boas vontades burguesas que lucram com as catástrofes por ela mesma produzidas. Tal perspectiva se baseia, segundo Foster (2012, p. 91), na reorientação do metabolismo societal, não no sentido de ampliar a fenda a partir da exacerbação da propriedade privada da terra (*lato senso*), mas a promoção de “ciclos metabólicos fechados entre a humanidade e a natureza”.

O impressionante é como tais proposições, pensadas na era de um capitalismo industrial, se atualizam numa magnitude que nem mesmo o próprio Marx – circunscrito no seu espaço-tempo – poderia prever (SAITO, 2021). A crise socioambiental contemporânea torna uma prova irrefutável de processos autodestrutivos inerentes à dinâmica capital, que necessitam ser superados; como indica Mészáros (2002, 2007) para além das ações complacentes que tem marcado as conferências das mudanças climáticas.

Como sinalizou Chesnais (2006), a despeito de superar seus limites imanentes, o capital tende a recriar barreiras numa escala ampliada. Um desses limitadores, sem dúvida, consiste na visão reificada de exploração infinita da natureza como uma fonte inesgotável de recursos a serem apropriados e mercantizados. Esta ideia, que permaneceu orientando os processos de acumulação do capital durante grande parte do século XX – e, paradoxalmente algumas concepções de esquerda –, impõe cada restrições a expansão do capital, provocando uma reorientação do seu sociometabolismo, de um capitalismo de catástrofe para uma espécie de “capitalismo sustentável”. Contudo, malgrado a identificação da finitude dos recursos naturais, a natureza continua sendo reapropriada e guiada pelo jogo do mercado: agora, como ativo financeiro sob o pretexto de sua preservação.

Neste contexto, as expectativas já se voltavam imediatamente para o novo governo Lula, convidado a participar da COP27, no Egito, bem como do protagonismo brasileiro na formação de uma espécie de OPEP da Florestas, o que daria aos países que mais detêm biodiversidade uma certa autonomia nas negociações climáticas. Contudo, os resultados da COP 27 e as hierarquias de poder a partir das quais o mundo se constitui, pode jogar um balde de água fria nesta expectativa, como revela o fechamento tímido do evento do Egito. Além de não estar à altura das necessidades reais frente as mudanças climáticas, o que se assistiu foi um tratamento parcimonioso com uma catástrofe que se torna iminente. Na falta de um fundo efetivo para compensação climática, como observou Carlos Bocuhy (2022), é aberrante perceber que o mundo gastou cerca de US\$ 2,1 trilhões em armamentos e se omite a gastar cerca de 0,5% deste valor em energias renováveis (até 2030) e 6 bilhões na economia para reduzir as emissões e salvar bilhões de pessoas e da biodiversidade de uma catástrofe iminente.

A grande política e a pequena política: o papel do consenso na esfera do Estado ampliado

Acerca da complexidade do conceito de Estado, é possível encontrar várias tentativas de definição no emaranhado coerente, embora disperso, da obra gramsciana do cárcere. Ao comentar a obra de Daniel Halévy, sobre o Estado como aparelho representativo e político (sufrágio universal), típicos do legado da Revolução Francesa (XIX), Gramsci (2016) lembra a necessidade de pensá-lo a partir de uma perspectiva ampliada, isto é, o que chama de “Estado-Maior”. Isso significa, que não se deve desconsiderar o alto grau de interferências na esfera política de setores

organizados a partir dos chamados aparelhos privados de hegemonia, os quais podem atender a fins muito bem determinados pelas classes dominantes. Diz ele: “por Estado deve-se entender, além do aparelho de governo, também o aparelho ‘privado’ de hegemonia ou sociedade civil” (GRAMSCI, 2016, p.258).

Não precisará muito esforço para perceber como tais ideias supracitadas elevam a percepção de como agentes privados de hegemonia têm determinado e formatado as políticas públicas brasileiras nas últimas décadas. Mesmo que quase sob inviabilidade, os gabinetes tecnocráticos, a partir de múltiplas escalas tanto supranacional (FMI e OMC) quanto no nacional (Fundações Bradesco, Itaú, Lemann etc.)³⁰, têm atuado nas mais diversas áreas (agricultura, finanças, habitação, educação e saúde) no sentido de formatar os mecanismos institucionais e prescrever caminhos e prioridades a seguir pelo Estado³¹.

Nesse sentido, além de perceber o caráter estratégico inerente às disputas de classe no interior nebuloso da esfera estatal, a perspectiva gramsciana nos alerta para a forma como é exercido o poder no escopo daquilo que qualifica enquanto ponto de contato entra a sociedade política e sociedade civil. Assim, não apenas é possível readequações do poder a partir da chamada “Guerra de Posição”, como também a atuação de agentes estratégicos na esfera contraditória entre Grande Política e Pequena Política, sendo que a primeira – mais que representante das intrigas imediatistas e cotidianas de parlamentares e/ou das populações lastreadas pelo senso comum – fundamentalmente se relaciona às estratégias de *longue durée*³², visando a manutenção ou destruições de estruturas orgânicas de poder (GRAMSCI, 2016, p.21).

Numa perspectiva geopolítica, Perry Anderson (2015) analisa o processo que originou as diferenças na finalidade tanto do capital, cuja lógica requer sempre lucro progressivo, quanto do Estado ancorado na manutenção do poder de classe. Embora articuladas, tais esferas apresentam

³⁰ O exemplo da polêmica “autonomia” do Banco Central (BC), no Brasil, que à época era defendida por setores do capital financeiro sob a justificativa de imunizar as instituições de supostas “ingerências políticas” para fins sociais – isto é, quase que blindando o capital financeiro de qualquer tipo de regulação pública – se mostra claramente como uma disputa na esfera da Grande Política, materializada nas tensões entre o novo governo Lula e o intransigente gerenciamento neoliberal de Roberto Campos Neto à Frente do BC. Este último, claramente amparado por aparelhos hegemônicos de opinião (Rede Globo), além de não abrir mão de uma alta taxa de juros, mesmo sob pena de asfixiar a economia produtiva brasileira e ampliar as desigualdades sociais, busca universalizar o pensamento neoliberal ancorado na ideologia da “responsabilidade fiscal”. Só se esquece de lembrar: “responsabilidade” nos seus termos neoliberais mistificadores que têm gerado mais inflação, mesmo através da santificada fórmula do aumento dos juros.

³¹ A aprovação do Novo Ensino Médio (Lei 13.415/2017) com características explicitamente neoliberais revela esta determinação do capital sobre o Estado, mesmo num governo de esquerda progressista.

³² Para uma análise mais detalhada sobre este termo ver Tomich (2011).

uma distinção formal, aparentemente opostas, mas que, em última instância, vinculam-se à hegemonia burguesa. Diz ele:

O capitalismo, como um sistema de produção sem fronteiras, surgiu em um mundo europeu já territorialmente dividido em uma pluralidade de Estados feudais tardios, em disputas uns contra os outros, cada qual com seus próprios meios de agressão e sistema de coerção. No devido tempo, quando as monarquias absolutistas se tornaram Estados-nações capitalistas, os poderes econômico e político, fundidos na ordem feudal, tornaram-se estruturalmente separados. Assim que os produtores diretos foram privados dos meios de subsistência, tornando-se dependentes de um mercado de trabalho para a sua sobrevivência, a coação extraeconômica deixou de ser necessária para explorá-los [...] Por um lado, esses Estados não poderiam contradizer os interesses do capital sem se comprometerem, já que seu poder dependia da prosperidade de uma economia pelos requisitos da rentabilidade; por outro lado, as atividades dos Estados não poderiam estar sujeitas ao mesmo conjunto de incentivos e constrangimentos daquele das empresas. O objetivo do capital é o lucro. Qual o objetivo equivalente do Estado? Em um linguajar educado, ‘segurança’ [...] (ANDERSON, 2015, p. 51-52).

Este processo desigual e combinado, ao mesmo tempo universal e particular, assumirá formas *sui generis* de cristalização do poder. A ideia de Anderson (2015), ao historicizar as esdrúxulas alianças, crimes e guerras levadas a cabo pelos EUA, na consolidação de sua hegemonia, demonstra como o fetiche estatal, capitaneado para uma finalidade de poder de uma classe em decadência civilizatória, pode oferecer ao mundo a barbárie encoberta pelo manto do “Destino Manifesto” e da *Pax Americana*. Estes princípios que há muito tempo corroboram para a ideia dos EUA como um exemplo de Democracia e de Liberdades para o mundo, embora ainda hegemônico, sofreu grandes abalos, sobretudo no século XXI com a invasão ao Iraque (2003), a retirada bizarra do Afeganistão – abandonando o país à mercê do Talibã e deixando aliados para trás – e após a invasão do Capitólio pelos seguidores *trumpistas*. Como veremos, na outra seção deste texto, o 8 de janeiro à brasileira só evidencia como a periferia capitalista continua a reproduzir, à sua maneira, o (mau)exemplo do centro do capital.

Contudo, neste momento, cabe situar a situação brasileira com o novo arranjo de poder que se estabelece. Estaríamos, então, num momento semelhante ao descrito por Chico de Oliveira (2013), quando de maneira original, no início do primeiro governo Lula (2003), já sinalizava um processo de “hegemonia às avessas”, a partir da qual os dominados assumiriam a condução do

projeto do Estado e do capital (como no paradoxal caso do gerenciamento dos Fundos de Pensão), sob a concessão de algumas regalias sociais via políticas compensatórias?

Ao que parece, a despeito das mudanças conjunturais entre os primeiros governos petistas e o atual – que já sinaliza, com maior veemência, uma pauta social e ambiental –, a conciliação de classes mantém-se como mola propulsora, o que revela o lema bem sugestivo diante da ruína legada pelo bolsonarismo: “União e reconstrução”. Por não se estabelecer no vazio, mas num campo complexo de disputas e conflitos de classe, bem como sob os efeitos deletérios causados pelo ódio na política, no parlamento, nas relações sociais, familiares e cotidianas, tais desafios conciliadores tornam-se ainda mais complexos no Brasil contemporâneo. Contudo, apenas os mais pobres se interessariam pela conciliação? Até que ponto o próprio capital se beneficiará do novo pacto pela inclusão do “pobre no orçamento”? E quanto o grande capital estará disposto a ceder? Estas são questões a serem acompanhadas sem respostas simples, pois numa economia financeirizada e asfixiada pelo endividamento individual de da esfera pública, a lógica das bolsas e dos juros tem sobreposto ao direito à vida e a cidadania básica.

As classes dominantes brasileiras, por sua vez, parecem ter percebido, após a tragédia da ofensiva destrutiva bolsonarista, os limites civilizatórios e temporais de levar frente uma forma de “consenso” baseado na política ultraliberal, na individualização e extermínio de populações periféricas e na indiferença às mazelas sociais e ambientais. Cientes de que o Governo Bolsonaro, cumpriu à risca as exigências do capital financeiro, o alto escalão dos capitalistas deveria se atentar para o fato da impopularidade de políticas neoliberais, bem como da evidencia de que sob Bolsonaro o Estado funcionava por meio da degradação das esferas democráticas e da destruição gradativa da confiança inerentes aos princípios constitucionais e republicanos, dirimindo qualquer nível mínimo de civilidade e bem-estar (por mais incipiente que seja, no Brasil).

O paradoxo está no seguinte fato: ao afrontar contra a forma mais elaborada do poder de classe: a República, a configuração do Estado bolsonarista tornara-se uma inimiga da manutenção do poder no longo prazo, já que o capital sob sua (in)gerência ultraliberal aparecia em sua verdadeira essência parasitária e indiferente com a reprodução da vida humana. Parafraseando Marx (2011): as próprias armas usadas pela burguesia para valorização e preservação do capital estavam sendo apontadas para seu poder, à medida que o bolsonarismo degradava qualquer legitimidade no Estado e nas instituições públicas, que são estruturas tão necessárias à manutenção do *status quo*. Mesmo que o capitalismo mundial conviva harmonicamente com regimes autoritários e ditatoriais, desde

que sejam alinhados geopolítica e economicamente, não parece ser o caminho escolhido pela grande burguesia para o Brasil, na atual conjuntura mundial, na qual necessita-se como nunca revitalizar a credibilidade institucionais e difundir a ideia fetichizada de um “capitalismo mais humano”.

Como a manutenção do poder não pode prescindir da efetividade com que a *forma política estatal* estende valores particulares como se fossem universais (MASCARO, 2013; MÉSZÁROS, 2015, 2021; HIRSCH, 2010), a burguesia parece investir numa nova configuração daquilo que Gramsci (2016) chama de “Estado ético” a partir de um outro consenso, que resgata a via conciliatória lulista, amplamente testada (contrarrupturas) pela experiência recente. Além da elevação do nível cultural e moral da grande massa da população, o Estado, atualizando a crítica gramsciana, cumpriria o papel de normalização da conturbada vida social que estava à beira do colapso e da barbárie sob os auspícios do protofascismo.

O Estado na nova configuração do governo Lula II aparece, então, como uma espécie de “consenso dos governados” (LIGUORI; VOZA, 2017), a partir do qual ele retoma suas funções imprescindíveis de atenção imediata às populações marginalizadas, contudo, sem deixar de ser um “consenso organizado” e, em grande medida, capitaneado por iniciativas de setores privados entranhados diretamente nas instituições públicas ou, por via indireta, através das *think tanks*, Fundações, Organizações Sociais (OS) etc., que são organismos privados de hegemonia política e cultural destinados a formatar o Estado aos interesses capitalistas. Se antes o Estado assumia o papel central em implementar a cartilha neoliberal, através do programa privatizante e ultraliberal orquestrado por Paulo Guedes; agora, a agenda neoliberal estará mais diluída nos costumes, nas práticas sociais, nas ações institucionais e na tentativa de convencimento de que as políticas neoliberais seriam as mais racionais a serem mantidas. O Estado ético é também Estado educador, contudo, que educa a partir de parâmetros e receituários amplamente difundidos pelo capital, por meio dos seus meios de hegemonia (GRAMSCI, 2016).

Vale ressaltar, conforme o filósofo Slavoj Žižek (2015), que a ausência de neutralidade na racionalidade neoliberal envolve os Estados ao estabelecer programas a seguir. Tal análise se adéqua perfeitamente para entendimento do neoliberalismo no Brasil contemporâneo, isto é, como uma ideologia neoliberal, com suas mistificações pseudocientíficas, presidiu um conjunto de privatizações e um severo regime de austeridade, mesmo num contexto de pandemia e de crescente desigualdade. Diz ele:

Quando um país se vê sob pressão de instituições financeiras internacionais, seja o FMI ou bancos privados, sempre se deve ter em mente que essa pressão (traduzida em exigências concretas: reduzir gasto público desmontando parte do Estado de bem-estar social, privatizar, abrir o mercado, desregular os bancos [...]) não é uma expressão de alguma lógica ou conhecimento objetivo e neutro, mas de conhecimento duplamente parcial (“interessado”). No nível formal, é um conhecimento que incorpora uma série de pressupostos neoliberais, enquanto, no nível do conteúdo, privilegia os interesses de certos Estados ou instituições (bancos etc.) (ŽIŽEK, 2015, p.39).

Quando pensamos, por exemplo, o estabelecimento da cartilha neoliberal, em sua forma *laissez-faire*, sendo prescrita inexoravelmente para o Brasil, como pré-requisito para a saída da crise na qual se encontra, pelo menos desde 2016, constatamos que o neoliberalismo não constitui-se de fato uma ciência econômica, mas uma forma superstição, que nas palavras de Zizek (2015, p.51) sinaliza: “uma espécie de reação emocional a uma situação impenetravelmente complexa, uma reação de senso comum do tipo as coisas foram mal, temos culpa, precisamos pagar o preço e sofrer, assim vamos fazer alguma coisa dolorosa e gastar menos”. Como uma espécie de *Igreja do Diabo*, o neoliberalismo encaminha um conjunto de “novos” preceitos sem se dar conta que os fiéis, às escondidas, podem continuar realizando “velhas” práticas (políticas) que, em alguns casos, negam a religião do Diabo³³ (o livre mercado neoliberal). Anaforicamente, uma política que priorize o Estado como indutor de crescimento, com ênfase nas necessidades internas e redução da dependência frente aos cataclismas do mercado global (com previa o projeto Cepalino), pode ser um passo importante na contramão da “liturgia” neoliberal.

Nesta perspectiva, *mutatis mutandis*, Marx (2013, p. 609) apresentava a inconsciência teórica e aceitação acrítica de categorias absolutas que levou a Economia Política Clássica a contradições e confusões insolúveis, ao passo “que ofereceu bases para a superficialidade da economia vulgar, fundada no princípio do culto das aparências”. Pensamos está aí a raiz de uma boa caracterização do neoliberalismo contemporâneo, na medida em que sua superficialidade e vulgaridade representaria, retomando Žižek (2015, p.51): “um ato de negação das verdadeiras raízes da crise”.

O que se deve atentar, após avaliar os efeitos deletérios da avalanche bolsonarista, consiste em perceber criticamente a nuances da readequação no Estado da ideologia neoliberal. Esta, por sua vez, certamente será diluída nos interstícios da nova configuração estatal gestada no novo

³³ Ver o conto *Igreja do Diabo* – Machado de Assis.

governo, contudo, longe de ser extinta, tal racionalidade hegemônica jogará um papel pesado de condução dos rumos das políticas públicas, das prioridades sociais e do relacionamento capital trabalho mediado pelo Estado. Lembremos que não estamos em qualquer momento histórico, mas no contexto de implementação das contrarreformas da previdência e trabalhista, que não só estabeleceu o legislado sobre o negociado e o trabalho intermitente como regra (ANTUNES, 2018), mas também configura um trunfo jurídico a ser implementado à risca pelo Estado sob pressão das classes dominantes. Cabe a sociedade civil e ao novo governo resistir aos bombardeios ideológicos do mercado.

O negacionismo e neoliberalismo: eis o legado bolsonarista a superar

É notório o clima de tranquilidade e de alívio da mídia hegemônica pela vitória do opositor à extrema direita. O mesmo alívio também ofusca a preocupação com o estrondoso silêncio presidencial diante da derrota nas urnas que, em grande medida, significa um salvo conduto para os recorrentes atos ilegais, explicitamente com conivência ou omissão de agentes públicos. O lamentável e que ficará marcado na história recente é que atos violentos e criminosos de bolsonaristas, ao agredirem pessoas e a ordem institucional, são tratados com a parcimônia de agentes públicos, bem diferente da brutalidade que tais agentes atuando em casos como do Genivaldo: morto asfixiado por agentes da PRF; e do homem negro pendurado por policiais como se estivesse em um pau de arara. Remontando os sombrios tempos de chumbo, tais fatos apenas revela o óbvio: o Brasil nunca abandonou práticas escravocratas e estas são atualizadas pelo jeitinho e pelo jeitão (OLIVEIRA, 2018), desde práticas institucionais até relações econômicas, tal como escancara os casos de trabalho análogo à escravidão na “glamurosa” Serra Gaúcha, na mineração, no agronegócio etc.

Ao nos depararmos com atos terroristas tal qual praticado pelo ex-deputado Roberto Jefferson, às vésperas das eleições (2022), constatamos o escárnio da “cordialidade” institucional brasileira e seu acintoso atrelamento aos interesses das classes dominantes como uma espécie de “moral da senzala” que, parafraseando Holanda (2014, p.72), esteve/está impregnada “na administração, na economia e nas crenças religiosas dos homens do tempo”³⁴. Tais conturbações

³⁴ Como observa em detalhes Holanda (2014, p.175-176): No Brasil, pode-se dizer que só excepcionalmente tivemos um sistema administrativo e um corpo de funcionários puramente dedicados a interesses objetivos [...]. Ao contrário,

revelam que, para além da normalidade e da retomada da harmonia institucional, as tensões na sociedade civil trazem um inimigo a ser combatido: as práticas sociais negacionistas e profascistas da extrema direita.

É notório o paradoxo: a mesma imprensa que clama por uma conciliação lulista foi quem mais contribuiu para sua prisão e propagação de um senso comum que o identificaria como “bandido” por grande parte dos seus opositores. A mesma mídia que teme o bolsonarismo por sua incontrolável destrutivo, que afronta às liberdades democráticas, contribuiu para seu surgimento. Os mesmos veículos de massa que buscam se afastar do bolsonarismo na esfera dos costumes e da moral, comungam com sua (anti)política de austeridade que, ao mesmo tempo em que favorece aos capitais financeiros, provoca grandes bolsões de miséria.

Mas o negacionismo que hoje afronta os resultados das urnas não esteve sempre aí em uma espécie de “obscurantismo cínico” (SOUSA FILHO, 2020)? Na homenagem ao torturador Ustra, sem qualquer retaliação judicial? Nas declarações do tipo “eu não sou coveiro” diante dos mais de 650 mil mortos pela Covid-19? Na omissão no combate ao desmatamento na Amazônia, perseguição a servidores públicos, no passar a boiada e na simultânea falsa propaganda na COP 26? Não estava presente no apagão de dados para inviabilizar políticas públicas e conhecimento da realidade? No revisionismo fundamentalista-neopentecostal e na ascensão de grupos neofacistas? Na propagação sistemática de *fake-News*, de um pensamento anti-vacina e anti-científico, incitando o ódio às instituições? Na absolutização das mistificações do mercado a despeito da vida?

As evidências contrariam o negacionismo bolsonarista. Orçamento secreto de mais de 16 bilhões para cooptar parlamentares; escândalo envolvendo verbas do MEC e chantagem de pastores a prefeitos; intervenção e aparelhamento na Polícia Federal (PF); esquema de prevaricação seguido de corrupção (1 dólar por dose) no da compra da vacina mais cara e menos provável (caso *Covaxin*) etc. A lista é longa para ser descrita neste texto. Contudo, não é de surpreender o ressurgimento no Brasil de uma versão caricata e burlesca da tática de Steve Banon de invasão do Capitólio por segmentos fundamentalistas aliados a Donald Trump.

é possível acompanhar [...] o predomínio constante das vontades particulares que encontram seu ambiente próprio em círculos fechados e pouco acessíveis a uma ordenação impessoal. E acrescenta noutra passagem bastante atual para pensarmos a ilegalidade dos últimos tempos no Brasil pós-2016 (HOLANDA, 2014, p. 217): “As Constituições feitas para não serem cumpridas, as leis existentes para serem violadas, tudo em proveito de indivíduos e oligarquias, são fenômeno corrente em toda a história da América do Sul. É em vão que os políticos imaginam interessar-se mais pelos princípios do que pelos homens: seus próprios atos representam o desmentido flagrante desta pretensão”

Tais eventos revelam um mal-estar civilizatório em curso ao provocar um esgarçamento das estruturas institucionais republicanas e, ao mesmo tempo, sinalizar que, em épocas de crises, a democracia (mesmo a representativa) tona-se dispensável à estratégia de poder do capital (ANDERSON, 2015). A esse respeito, apesar de concordarmos parcialmente com as ideias de Levitsky e Ziblatt (2020) sobre a sorradeira atual erosão democrática, mesmo quando se chega ao poder por via eleitoral, destoamos de suas explicações unilaterais e personalistas sobre o recrudescimento do autoritarismo frente as formações estatais particulares (em especial, nos EUA). A nosso ver, essa guinada à extrema-direita é algo inerente às *formações estatais do capital* que, impossibilitadas de gerar uma *igualdade substantiva*, projetam formas de igualdades fetichizadas ou formais, as quais são paulatinamente corroídas pelas crises que suscitam a “reincidência periódica de formas autoritárias de dominação política” (MÉSZÁROS, 2021, p. 94).

Existe uma complexidade dialética na estruturação do poder estatal que deve ser aprofundado em outro momento. Contudo, as recentes experiências de afronta às instituições encabeçadas pela extrema-direita, embora degradem aspectos republicanos e democráticos, pouco alteram o poder constituído do Estado enquanto forma de dominação de classe. Os atos de vandalismo contra patrimônio brasileiro – a despeito de sua característica execrável – revelam um paradoxo. Ao que tudo indica, a despeito da devastação causada em Brasília, há um processo de fortalecimento do Estado em torno da (mesmo que limitada) democracia representativa. Isto quer dizer: paradoxalmente, tal ato terrorista provocou uma união inédita entre os poderes (inclusive de parlamentares de oposição), que há pouco tempo se digladiavam por rivalidades triviais. Simultaneamente à reprovação do bolsonarismo, foram notórias as manifestações internacionais de apoio ao novo governo Lula e à democracia, mesmo advindas de uma imprensa cujos valores são os do capital, como *Le Monde*, *The New York Times*, *The Economist* etc.; o que sugere a importância dada pelas classes dominantes a reinserção do Brasil num cenário econômico mundial, perplexo por guerras e pela catástrofe climática, bem como da importância atribuída ao Estado como ente de dominação.

Soma-se a isso uma onda de mobilização popular interna em torno da necessária punição de vândalos e financiadores dos atos terroristas, com ressonância tanto entre os principais agentes públicos quanto sobre parcelas significativas de setores econômicos (agronegócio) outrora sacralizados pela proteção estatal. Em suma, o bolsonarismo deu o “tiro no pé”; as “armas” empunhadas por bolsonaristas criminosos, que se diziam atentar contra o *establishment* republicano

e democrático, voltam-se contra si mesmos, pois o último 8 de janeiro deu ao Estado uma ampla e inédita unificação entre os poderes da República e a necessária legitimidade social para que o *Leviatã* (MÉSZÁROS, 2021) use seus poderes de coerção, sob o pleno consenso estabelecido entre a esfera pública e a sociedade civil em torno da indiscutível defesa da democracia. Não se trata de lamentar a prisão de criminosos, sejam bolsonaristas, grileiros, garimpeiros, financiadores etc.; mas de compreender profundamente como o poder legitimamente constituído do Estado – cumprindo sua missão estrutural de manter intocada a propriedade e a acumulação do capital –, em outro momento, pode se voltar contra outros sujeitos historicamente subalternizados(as) e pauperizados(as) pela condição de gênero, de raça e/ou de classe.

Entretanto, por mais irracional que aparente ser o bolsonarismo, torna-se urgente compreendê-lo profundamente em sua complexidade como um dado contraditório do tempo histórico. Este seria uma irracionalidade ou uma forma de consciência deformada que, mesmo nesta condição, canaliza os afetos de milhares de pessoas a cometerem bizarrices como as que vimos recentemente. O que faz dessas distorções da realidade, visíveis nas práticas bolsonaristas e da extrema-direita, se tornarem tão fortes, a ponto de, em meio à tanta evidência negativa, o bolsonarismo ainda possuir significativo apoio nas urnas, bem como na mobilização de suas bases? Talvez um exame à esfera do complexo ideologia permita trazer alguma luz à confusão dos nossos tempos.

Para Gramsci (2014), a ideologia não é algo meramente restrito à esfera da superestrutura, isto é, desvinculada das relações materiais. Pelo contrário, a própria ideologia, ligada aos sistemas de valores que expressam os conflitos materiais de uma sociedade de classes, exerce um poder material nas relações cotidianas de dominação. Longe de ser uma mentira, a ideologia aparece como uma “verdade” ou uma pós-verdade que, mesmo refratando a realidade, para alguns, faz com que estes realizem práticas sociais efetivas na realidade, por mais bizarras que possam parecer.

Não bastava a disseminação do ódio na Política como visualizou Ester Solano (2019), mas que este fosse canalizado para algo aparentemente repleto de motivações nobres como “Deus”, “Pátria”, “família”, “liberdade” etc. Daí muitos grupos bolsonaristas, sobretudo cristãos fundamentalistas, se amparam na imagem do “falso Messias” ou do “*anticristo benjaminiano*” diante de uma sociedade instável, em crise e cheia de tabus, na qual o apego ao “monstro” e ao retrógrado denota o sintoma do medo das transformações em curso.

Como analisa Borón (2021), ao criticar a identificação imediata entre liberalismo e democracia, sobretudo na América Latina:

Os teóricos do liberalismo, tanto o clássico quanto sua versão ‘neo’, pretendem fazer o povo acreditar que só aceitando a injustiça incurável do liberalismo econômico (que asseguram, é só transitória) poderão desfrutar do mel da democracia política (BORÓN, 2021, P. 203).

Mais do que gerar igualdade ou democracia substantivas, tais princípios e os seus porta-vozes consagram, no dizer de Borón (2021), a opulência de uma minoria plutocrática enquanto condenam à pobreza, à miséria e à exclusão social camadas cada vez maiores das sociedades contemporâneas. Entretanto, sob a égide de que uma plutocracia ascendente e que se veste do manto mistificador neoliberal, as democracias tendem a se desfigurarem em formas de governos que seguem intransigentes a cartilha do capital.

Portanto, as tentativas de humanização do capitalismo e, mais, assimilação imediata entre capitalismo e democracia tende a desaguar num campo mistificador que não resiste a qualquer investigação histórica profunda. Ao levar à frente sua lógica cega de acumulação, centralização e expansão o capital torna-se indiferente aos processos minimamente civilizatórios como redução das desigualdades, ampliação de emprego e salário real, combate à fome etc. Logo, qualquer governo, com tendência progressista, que assume minimamente o compromisso de redirecionar o cálculo das finanças - por meio de uma política pública permanente -, visando a melhoria relativa da qualidade de vida dos(as) trabalhadores(as) e da população empobrecida, sofrerá imediatamente a oposição dos apologistas do mercado. Prontamente alertarão com seus jargões a importância das metas fiscais e dos ajustes estruturais, que condicionam os gastos públicos com finalidade social às exigências de mercado financeiro.

Em nome de princípios supostamente nobres, “estabilidade e responsabilidade fiscal”, que estariam acima de todos e alheios aos interesses egoístas dos tubarões das finanças, o mercado não renuncia à última gota de sangue das artérias públicas. Evidências são fartas a esse respeito: quando é para utilizar recursos do Estado, para que as pessoas tenham benefícios sociais, acende-se o sinal vermelho. Mas quando se trata de endividar o Estado pela rolagem de dívidas e pelos juros draconianos do sistema financeiro via dívida pública (lembrar o pacote trilionário de março de 2020, mesmo penalizando a maior parte da população), nenhum dos economistas neoliberais se

pronunciam (tal como na Carta assinada por Armínio Fraga e outros economistas neoliberais à Folha de São Paulo) (FATTORELLI, 2021).

É elucidativa a análise de Amorim (2022), que situa entre a perplexidade e a cumplicidade, o pensamento neoliberal e os defensores do neoliberalismo no Brasil, em sua forma radicalizada de *laissez faire*, uma vez que esta comunga com as formas autoritárias da política assumidas pela extrema-direita. Desse modo, desde que mantenham uma agenda ultraliberal – como foi o governo Bolsonaro –, seguindo à risca a austeridade fiscal, a desregulamentação e a privatização, os defensores do neoliberalismo endossam plenamente governos autoritários e não se sentem desconfortáveis com a explosão das desigualdades expressas na fome, no desemprego e perda de direitos.

As análises Harvey (2014) são bastante atuais quando observam que todos os países que enveredaram pelos ajustes estruturais impostos pela racionalidade neoliberal, não apenas não obtiveram o crescimento prometido, como também acentuaram os níveis de desigualdades sociais. Desse modo, o neoliberalismo constitui-se mais como uma doutrina estratégica de dominação do capital sobre o trabalho e dos Estados do que uma forma de regulamentação que atenuaria as crises do capital.

Uma análise atenta da história recente das variações especulativas e financeiras no Brasil, mostrará o caráter centralizador a partir de uma minoria plutocrática concentradora de riqueza, como também um mercado que se alimenta da tragédia. O período bolsonarista das contrarreformas, desemprego, inflação, juros altos e dos mais de 650 mil mortos, paradoxalmente, não “irritou” o dito mercado, que gestou 11 novos bilionários brasileiros dos 42 no mundo; situações específicas como as ações da Vale do Rio Doce, cujas ações sobem poucas semanas após as tragédias de brumadinho, apenas demonstra o grau de comprometimento do capitalismo da catástrofe (ARBEX, 2021). Tais exemplos desvelam como o capital e as finanças podem ir muito bem quando a sociedade e natureza vão muito mal.

Os exemplos históricos revelam como a burguesia jamais hesitou em recorrer a barbárie, aliando-se a regimes autoritários e cometendo diversas atrocidades quando seu poder (a propriedade privada) encontrava-se sob ameaçada. A esse respeito, Pachukanis (2020) é implacável em sua análise sobre a decadente aliança entre parcelas da grande burguesia e proprietários de terras com grupos fascistas, que se tornaram hegemônicos na Itália. À época, a burguesia estava ameaçada pela ascensão dos movimentos camponeses e operários no norte italiano. Logo, financiou grupos

fascistas, liderados por Mussolini, a pretexto de combater o comunismo. Portanto, conforme o autor supracitado mostra, o fascismo é expressão genuína da autodestruição imanente do capitalismo e do poder de classe, que hora ou outra aflora nas conjunturas de crise do capital.

Comparando, *mutatis mutandis*, o fascismo europeu com o que denomina versão colonial da barbárie, Aimée Césaire (2020) nos ensina como esse passado não se extinguiu e tende a se atualizar. Em nossa visão, à luz dos caminhos delineados pelo autor de *Discurso sobre o Colonialismo*, outro paralelo é possível para entendermos a contemporaneidade: a crise do capital financeirizado traz consigo a desfaçatez neocolonial sob vestes neoliberais. Entretanto, ao contrário de sua forma original, o neofascismo expresso em governos como Donald Trump, Viktor Orbán e Bolsonaro, entre outros, bem como derivado da crise econômica e política do capital, só revelam uma espécie de “contrarrevolução preventiva”. Agora, sob o “triunfo” do capitalismo, suas crises cada vez mais catastróficas indicam que é necessário proteger a sociedade do processo de acumulação destrutivo do capital. Este, em sua marcha expansiva e autodestrutiva é obrigado a se confrontar com a barbárie imanente do seu próprio desenvolvimento socieometabólico (MÉSZÁROS, 2002) e, assim, perceber no surgimento recorrente do neofascismo a verdadeira face de sua decadência.

Diante desse quadro, a burguesia realiza um movimento que é ao mesmo tempo óbvio e conveniente para uma classe em processo de (auto)degradação social e civilizatória. Ao contrário do que imaginam muitos liberais, tal desrealização humana se dá muito mais pelo “sucesso” do desenvolvimento capitalista e menos pelo seu “fracasso”, já que o primeiro significa não ter limites em expandir suas fronteiras de acumulação destrutiva sobre territórios, povos e dimensões da vida. Tal paradoxo expressa exatamente a origem do estado de barbárie ou “estado de exceção” que, nos termos de Giorgio Agambem, “permite a eliminação física não só dos adversários políticos, mas também de categorias inteiras de cidadãos que, por qualquer razão, pareçam não integráveis ao sistema político” (AGAMBEM, 2004, p. 13).

Portanto, diante da crise por ela mesma originada, a burguesia busca se furtar da responsabilidade de gerir uma sociedade que apresenta contradições catastróficas, as quais resultam de sua própria sociabilidade concorrencial. Sua estratégia consiste em se camuflar por meio de uma ideologia individualista e empreendedora, a qual advoga o fim das classes e da história, isto é, que todos seriam (co)rresponsáveis por atenuar as crises (social, econômica e climática). A ideia de *burguês de si mesmo*, embora sirva como uma luva para desresponsabilizar a burguesia pela destruição

socioambiental em curso³⁵, revela seu aviltamento como classe dirigente, algo semelhante ao que Aimé Césaire (2020) previu para as classes dominantes no prelúdio de sua decadência: tendem a se tornar depositária de todas as águas podres da história.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como buscamos delinear ao longo do presente texto, os cenários brasileiro e mundial são bastante complexos, após um recrudescimento neoliberal e da crise pandêmica, de modo que o novo arranjo do terceiro governo Lula deverá considerar fatores de ordem interna e externa na condução de políticas efetivas, não apenas nos curto e médio prazos, mas também de longo prazo. Assim, tornam-se urgentes estratégias que demarquem o papel do Brasil para a resolução dos dilemas planetários, como a ampliação das desigualdades globais (tanto entre os muito pobres e os super-ricos quanto entre os países de capitalismo central e a periferia do sistema) e as mudanças climáticas.

Diante de um mundo turbulento, de crescimento econômico em desaceleração (nos países centrais), de crescimento dos indicadores de desemprego estrutural (como indicam as recentes demissões nas *Big Techs*), permeado pela acentuação de guerras e pela catástrofe climático-ambiental, cujos efeitos tendem a recair predominantemente sobre os territórios, os/as trabalhadores(as) e as populações mais vulneráveis.

Como foi possível perceber, os diferentes pronunciamentos do atual presidente, sobretudo no exterior, atinentes sobre a problemática das mudanças climáticas, revelam tanto uma assimetria nas emissões de carbono entre os maiores poluidores históricos (os países centrais) e as maiores vítimas do desenvolvimento capitalista (os países periféricos) quanto a necessidade de responsabilização de setores produtivos e/ou cadeias empresariais pelos impactos socioambientais decorrentes de suas atividades. O caráter de “reparação histórica” (termo usado por Lula em Paris) desponta como questão fundamental para construção, a partir da periferia, de concepções de

³⁵Vale ressaltar a este respeito o retrocesso visto no reconhecimento por parte do governo Lula dos entregadores como autônomos cedendo às pressões das grandes empresas de capitalismo plataformizado que lucram com o trabalho não-pago dos entregadores(as) e do trabalho precarizado, ao mesmo tempo que atuam na luta ideológica e política pelo ocultamento da relação de assalariamento e exploração encoberta pela falsa ideia de autonomia que passa a ver o sujeito de direito como empreendedor.

mundo mais equilibradas entre sociedade e a natureza, com vistas à superação das desigualdades e extinção da noção mercadológica sobreposta aos bens comuns.

O Brasil, mais uma vez, tem um grande desafio diante dos sérios dilemas enfrentados pela humanidade e, particularmente, do legado do bolsonarismo para o mundo. Contudo, como este país de dimensão continental não se configura num todo homogêneo, possuindo clivagens de classes que atuam simultaneamente no plano da ideologia e na esfera material. Assim, torna-se impensável levar a frente um programa progressista sem enfrentamentos aos resquícios do atraso social, político e econômico ainda muito fortes no Brasil. Aqui, o interesse do grande capital financeiro recoloca cada vez mais sob pressão as condições de vida e de trabalho (seja nos grandes centros urbanos, seja no campo), bem como tende a ampliar as pressões sobre a natureza. Contudo, em forma de conclusão provisória, se relegarmos mais uma vez, a um governo progressista e ao Estado, a responsabilidade pelo destino do conjunto da sociedade, estaríamos repetindo um processo já conhecido, ancorado em políticas compensatórias de caráter efêmero que podem ser (como foram) extintas por governos de (extrema) direita.

Ao contrário de uma acomodação institucional, se soubermos aproveitar os ganhos sociais e ambientais que a nova conjuntura mundial pode proporcionar ao Brasil, para fomentar não apenas políticas efetivas sobre questões vitais (redução das desigualdades, taxaço de grandes fortunas, proteço ambiental etc.), mas também ampliar os níveis de consciêcia da classe trabalhadora (em sua diversidade), transformaçoes profundas poderã ser uma realidade no longo prazo.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, G. **Estado de Exceção. Homo Ascer, II, I.** São Paulo: Boitempo, 2014.

AMORIM, R. L. C. Quatro anos de silêncio neoliberal. *In: Le Monde Diplomatique*. Disponível em < [Le Monde Diplomatique](#) > Acesso. 20. jan. 2022. Acesso. 13. Dez. 2022.

ANDERSON, P. **A política externa norte-americana e seus teóricos.** São Paulo: Boitempo, 2015.

ARBEX, D. **Arrastados: Os bastidores do Rompimento da Barragem de Brumadinho, o maior desastre humanitário do Brasil.** São Paulo: Intrínseca, 2021.

ANTUNES, R. **Capitalismo pandêmico.** Boitempo Editorial, 2022.

ANTUNES, R. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. São Paulo: Boitempo, 2018.

BOCUHY, C. Apesar da ameaça à sobrevivência humana, avanços na COP27 são tímidos. *In: Le Monde Diplomatique*. Disponível em <diplomatique.org.br>. Acesso. 20. jan. 2022.

BOMBARDI, L. M. **Geografia do uso de Agrotóxicos no Brasil conexões com a União Europeia**. São Paulo: FFLCH/USP, 2018. 296p.

BORÓN, A. **O Feiticeiro da Tribo: A farsa de Maria Vargas Llosa e do neoliberalismo na América Latina**. São Paulo: Autonomia Literária, 2021.

CARNEIRO, F. F.; RIGOTTO, R. M; AUGUSTO, L.G.S.; FRIEDRICH, K.; BÚRIGO, A. C. **Dossiê ABRASCO: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na Saúde**. Rio de Janeiro/São Paulo: Expressão Popular. 2015.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e terra, 2005.

CASTILHO, *et al.* **Os invasores – Parte II: Os políticos. Parlamentares e financiadores possuem sobreposição em terras indígenas**. De olho nos ruralistas: observatório do agronegócio no Brasil. Junho de 2023. Disponível em <[Os Invasores Politicos 2023.pdf \(deolhonosruralistas.com.br\)](http://deolhonosruralistas.com.br)>. Acesso 20 de junho de 2023.

CÉSAIRE, A. **Discurso sobre o colonialismo**. São Paulo: Veneta, 2020.

CHESNAIS, F. O capital portador de juros: acumulação, internacionalização, efeitos econômicos e políticos. In: CHESNAIS, F. (Org.) **A finança mundializada**. São Paulo: Boitempo, 2005.

CHESNAIS, François. El curso actual del capitalismo y las perspectivas para la sociedad humana civilizada. **Revista o olho da história**, v. 24, 2016.

CHESNAIS, François. Les contradictions et les antagonismes propres au capitalisme mondialisé et leurs menaces pour l'humanité. **Actuel Marx**, n. 2, p. 71-85, 2006: <<https://www.cairn.info/revue-actuel-marx-2006-2-page-71.htm>> Acesso em 12 de junho de 2023.

DAVIS, Mike. et al DAVIS, Mike, et al: **Coronavírus e a luta de classes**. Terra sem Amos: Brasil, 2020. 48p.

DELGADO, G. C. **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012)**. Porto Alegre: UFRGS, 2012.

FATTORELLI, Maria Lucia; ÁVILA, Rodrigo; MULLER, Rafael. Gastos com a dívida pública cresceram 33% em 2020. **Educação**, v. 937, p. 533, 2021.

FERNANDES, B. M; SILVA, A. C. O desenvolvimento predatório do agronegócio. *In: Le Monde Diplomatique Brasil*. (Impresso) Maio, 2023. pp- 4-5.

FOSTER, John Bellamy. A ecologia da economia política marxista. *In: Lutas Sociais*, São Paulo, n.28, p.87-104, 1º sem. 2012.

FRANÇA, D. P. I. A FINANCEIRIZAÇÃO DA NATUREZA E PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO EM PETROLINA-PE - VALE DO RIO SÃO FRANCISCO. **PEGADA - A Revista da Geografia do Trabalho**, [S. l.], v. 21, n. 2, p. 66–84, 2020. DOI: 10.33026/peg.v21i2.7333. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/7333>. Acesso em: 17 fev. 2023.

FRANÇA, D. P. I. DE. CRISE ESTRUTURAL E SOCIETÁRIA: PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO EM TEMPOS DE “BOLSONARISMO PANDÊMICO”. **PEGADA - A Revista da Geografia do Trabalho**, [S. l.], v. 21, n. 3, p. 215–237, 2021. DOI: 10.33026/peg.v21i3.7811. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/7811>. Acesso em: 17 fev. 2023.

FRANÇA, D. P. I. DE. ENTRE SER SEM TERRA E SEM ÁGUA: CONFLITOS TERRITORIAIS E AS RESISTÊNCIAS DOS SUJEITOS ACAMPADOS EM PERÍMETROS IRRIGADOS EM PETROLINA-PE. **PEGADA - A Revista da Geografia do Trabalho**, [S. l.], v. 24, n. 1, p. 31–60, 2023. DOI: 10.33026/peg.v24i1.9631. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/9631>. Acesso em: 17 fev. 2023.

FRANÇA, D. P. I. DE. UM ESPECTRO DO GOLPE RONDA NOVAMENTE O BRASIL: O GOLPE AOS DIREITOS. **PEGADA - A Revista da Geografia do Trabalho**, [S. l.], v. 17, n. 1, 2016. DOI: 10.33026/peg.v17i1.4493. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/4493>. Acesso em: 17 fev. 2023.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere: Maquiavel, Notas sobre o Estado e a Política**. (Edição Carlos Nelson Coutinho e Marco Aurélio Nogueira e Luiz Henriques) Vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

GRAMSCI, A. **Homens ou Máquinas?** São Paulo: Boitempo, 2021.

GRAMSCI, A. **Poder, Política e Partido**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

HARVEY, D. **A loucura da Razão Econômica**. São Paulo: Boitempo, 2018.

HARVEY, D. **Neoliberalismo: História e implicações**. São Paulo: Loyola, 2014.

HARVEY, D. **Os sentidos do mundo: texto essenciais**. São Paulo: Boitempo, 2020.

HIRSCH, J. **Teoria materialista do Estado**. Rio de Janeiro: Revan, 2010.

- HOLANDA, S. B. **Raízes do Brasil**. 27ª edição. São Paulo: Cia das Letras, 2014.
- LATOUR, Bruno. A luta de classes será geossocial. *In: Revista Unisinos*. Disponível em: <[Bruno Latour - Instituto Humanitas Unisinos - IHU](#)>. Acesso 13 de Dez. 2022.
- LIGUORI, G.; VOZA, P. **Dicionário do Pensamento Gramsciano**. São Paulo: Boitempo, 2017.
- LIPIETZ, Alain. A ecologia política e o futuro do marxismo. **Ambiente & sociedade**, v. 5, p. 9-22, 2003. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1414-753X2003000200002>> Acesso em: 20 de junho de 2023.
- LEVITSKY, S. ZIBLATT, D. **Como as democracias morrem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.
- LOWY, M. **As Aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen: o marxismo e o positivismo na sociologia do conhecimento**. São Paulo, 2013.
- MARX, K. **O 18 Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MARX, K. **O capital: Crítica da Economia Política**. São Paulo, 2013.
- MASCARO, A. **Estado e Forma Política**. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MÉSZÁROS, I. **A Montanha que devemos conquistar**. São Paulo: Boitempo, 2015.
- MÉSZÁROS, I. **O Desafio e o fardo do tempo histórico**. São Paulo: Boitempo, 2007.
- MÉSZÁROS, I. **Para Além do Capital: rumo a uma teoria da transição**. São Paulo: Boitempo, 2002;
- MÉSZÁROS, I. **Para Além do Leviatã: Crítica do Estado**. São Paulo: Boitempo, 2021;
- MITIDIERO JUNIOR, M. A.; MOIZÉS, B. da C.; MARTINS, L. A. Parlamento parasitário, Executivo fascista amador e a dramática questão agrária brasileira. **Revista da ANPEGE**, [S. l.], v. 16, n. 29, p. 600–640, 2020. DOI: 10.5418/ra2020.v16i29.12512. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege/article/view/12512>. Acesso em: 7 jul. 2023.
- MOLINA, L. WANDERLEY, L. J. **O Cerco do Ouro: garimpo ilegal, destruição e lutas em terras Munduruku**. Brasília: Comitê Nacional em Defesa dos Territórios Frente à Mineração, 2021.
- OLIVEIRA, A. **Mundialização do capital e da agricultura**. In: XII Colóquio internacional de Geocrítica. Bogotá, de 07 a 11 de Maio de 2012. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/coloquio2012/actas/14-A-Oliveira.pdf>. Acesso em: 8 jun. 2023.
- OLIVEIRA, F. **Crítica à Razão Dualista**. São Paulo: Boitempo, 2013.

OLIVEIRA, T.; AMORIM, R. L. C. Política econômica, neoliberalismo e mercado de trabalho no Brasil (2015-2021). RBEST Revista Brasileira de Economia Social e do Trabalho, Campinas, SP, v. 4, n. 00, p. e022009, 2022. DOI: 10.20396/rbest.v4i00.16620. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/rbest/article/view/16620> . Acesso em: 13 dez. 2022.

OLIVEIRA, A. L. A.; SANTOS, T. A. A questão Nacional ante o elã pós-moderno: capitalismo dependente, superexploração da força de trabalho e luta de classes no Brasil. **PEGADA - A Revista da Geografia do Trabalho**, [S. l.], v. 24, n. 1, p. 137–169, 2023. DOI: 10.33026/peg.v24i1.9035. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/9035>. Acesso em: 20 jun. 2023.

PACHUKANIS, E. B. **Fascismo**. São Paulo: Boitempo, 2020.

PROJETO MAPBIOMAS. (2023). – Coleção [7.1] da Série Anual de Mapas de Cobertura e Uso de Solo do Brasil, acessado em [02-03-2023] através do link: [https://plataforma.alerta.mapbiomas.org/mapa?monthRange\[0\]=201901&monthRange\[1\]=202212&sources\[0\]=All&territoryType=all&authorization=all&embargoed=all&locationType=alert_c ode&activeBaseMap=7&map=-14.288791%2C-54.297469%2C4](https://plataforma.alerta.mapbiomas.org/mapa?monthRange[0]=201901&monthRange[1]=202212&sources[0]=All&territoryType=all&authorization=all&embargoed=all&locationType=alert_c ode&activeBaseMap=7&map=-14.288791%2C-54.297469%2C4)

RIBEIRO, D. **O Povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Global, 2015.

SAITO, K. **O Ecosocialismo de Marx: Capitalismo, Natureza e a Crítica inacabada à economia Política**. São Paulo: Boitempo, 2021.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 29ª edição. Rio de Janeiro, Record, 2019.

SANTOS, M. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional**. São Paulo: Hucitec, 1994.

SOLANO, E. **O Ódio na Política**. São Paulo: Boitempo, 2019.

SOUSA FILHO, A. “A TERRA É PLANA”: O OBSCURANTISMO CÍNICO DOS NEGACIONISTAS. **Revista Inter-Legere**, v. 3, n. 29, p. c23426-c23426, 2020. Disponível em < <https://doi.org/10.21680/1982-1662.2020v3n29ID23426> > Acesso: 20 maio de 2023.

SOUZA *et. al.* (2020) - Reconstructing Three Decades of Land Use and Land Cover Changes in Brazilian Biomes with Landsat Archive and Earth Engine - **Remote Sensing**, Volume 12, Issue 17, 10.3390/rs12172735.

THOMAZ JUNIOR, A. DEGRADAÇÃO SISTÊMICA DO TRABALHO NO AGROHIDRONEGÓCIO. In: Revista Mercator. vol.16. Fortaleza, 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-22012017000100219 . Acesso 21 de fevereiro de 2018.

TOMICH, D. A Ordem do Tempo Histórico: a Longue Durée e a Micro-História. In: Amanacck. Guarulhos, n. 02, p.38-51, 2º semestre de 2011. Disponível em < <https://doi.org/10.1590/2236-463320110204> > Acesso: 15-02-2023.

ŽIŽEK, S. **O problema no Paraíso: do fim da história ao fim do capitalismo**. Rio de Janeiro: Zahar, 2015.

Submetido em março de 2024

Aceito em julho de 2024